

## A RUA COMO LUGAR DE (R)ESISTÊNCIA

Mirielly Ferraça

Nesta reflexão<sup>1</sup>, interessa-me a relação entre sujeitos e espaço urbano, considerando-o parte de um social contraditório e conflituoso, em que as divisões desiguais se marcam pelo traçado citadino no encontro com a história, produzindo sentidos para (por) sujeitos. Na singularidade de recordações pessoais encontrei a força de enlaces entre sujeitos e cidade. Laços de vida, de trabalho, de convívio tecidos no cotidiano de um espaço segregado pelo poder público, enlaces que se desdobram e dão visibilidade a pontos que constituem e ancoram sujeitos pela urbe. Entre 2016 e 2017 realizei entrevistas<sup>2</sup> com moradoras, moradores, trabalhadoras, trabalhadores, comerciantes que vivem ou transitam diariamente pelo Jardim Itatinga (Campinas-SP), bairro construído em 1967 pelo poder público para ser uma *zona de prostituição*. A partir de uma entrevista *semiestruturada*, pergunto sobre a relação dos sujeitos com o Jardim Itatinga, sobre as relações cotidianas que são tecidas nesse espaço.

A rua é um ponto fundamental para a reflexão aqui tecida. Ruas e avenidas são lugares de passagem, de encontros, de desencontros, de fluxo. Mas são também lugar de espera, de parada, de permanência, de exposição, de exibição, de trabalho. Centenas de corpos *tomam* e *ocupam* as ruas do Jardim Itatinga. *Ocupam* e *tomam*. Esses são os verbos que, na impossibilidade de definir e de fechar os sentidos buscam descrever o que são quase duas mil prostitutas *seminuas*<sup>3</sup> *ocupando* e *tomando* as ruas de um bairro. A nudez, desse modo, significa a prostituição nesse espaço a partir do modo como o Jardim Itatinga se constitui e a partir da memória que se impõe na história sobre o bairro.

Na discussão proposta neste recorte, darei destaque a dois pontos: a) o primeiro, fundamental para a compreensão do segundo, é o modo como o urbano é constituído por tensões e conflitos, que jogam com rela-

---

<sup>1</sup> Este capítulo apresenta algumas das reflexões desenvolvidas na tese *(R)esistir no Jardim Itatinga: laços entre sujeitos e espaço urbano* (FERRAÇA, 2019).

<sup>2</sup> Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas, número do CAAE: 44813515.0.0000.5404

<sup>3</sup> O significante *seminuas* utilizado se relaciona com as condições de produção nas quais esses corpos se constituem e significam nesse espaço.

ções ideológicas de poder e de força que se materializam pelo traçado urbano, deixando marcas em ruas, avenidas, bairros e espaços de convivência; cicatrizes abertas no urbano que trabalham memória e esquecimento. Interessa, portanto, dar visibilidade ao modo como o Jardim Itatinga se constituiu historicamente, considerando as políticas públicas (higienistas) que deram início a sua construção; b) como ponto analítico, pretendo refletir como, nessas condições de produção, a rua significa e produz sentidos ao espaço e aos sujeitos que vivem, transitam e trabalham no bairro, na medida em que se torna lugar e local de trabalho para quase duas mil prostitutas. Desse modo, considero a rua na tensão que estabelece com os processos históricos de sua constituição e o modo como os sujeitos passam a ocupá-la e a significá-la em seu cotidiano.

### **Cartografia urbana: rugosidades pela cidade**

No final da década de 60, o Jardim Itatinga foi construído para *confinar* uma certa prostituição na cidade de Campinas (MAZZARIOL, 1976; NEGRÃO, 2013; TAVARES, 2014; HELENE, 2015), no encontro com políticas públicas de higienização urbana, legitimadas por e inscritas em saberes técnicos, médicos e administrativos, que organizam a forma material da cidade. Cortiços foram demolidos, operários levados para o entorno das fábricas, *casas de prostituição* fechadas, prostitutas que trabalhavam em ruas centrais e em bairros *nobres* foram impedidas de circular em espaços que se tornavam geográfica e economicamente valorizados; sob a defesa de que a cidade se abria para a *modernidade*<sup>4</sup> (PESAVENTO, 1992, 1994). Essa ação higienista ficou conhecida como Projeto limpeza, Operação Laredo (MAZZARIOL, 1976), e também circulou como Operação Pente Fino<sup>5</sup> (HELENE, 2015); uma violência legalizada (BUTLER, 2016) pelo Estado.

Mais de dez quilômetros separavam o antigo do novo local de trabalho: do bairro Taquaral, Norte de Campinas, e da região central para o bairro Jardim Itatinga, localizado na região Sudoeste da cidade, próximo ao Aeroporto Internacional de Viracopos. É importante destacar, a partir de mapas referentes à ocupação urbana divulgados pelo Plano Diretor de

---

<sup>4</sup> A crescente urbanização de Campinas, entre as décadas de 60 e 70, relacionadas à forte industrialização no período, impulsionou transformações na cidade, materializando no traçado urbano divisões e exclusões sociais.

<sup>5</sup> Segundo Diana Helene (2015), essa designação pode ser encontrada na notícia: CORREIO POPULAR. “Limpendo a cidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966.

2006, da prefeitura de Campinas-SP, que a mancha populacional até o final da década de 60 era recortada por grandes vazios. Os espaços não habitados entre o centro da cidade e o bairro intensificavam o isolamento e a força da distância territorial imposta pelo Estado. Tratava-se de uma política pública higienista na qual parte da população (operários de fábricas, moradores de cortiços, donas de casas de prostituição e prostitutas) foi levada a espaços distantes, sem infraestrutura urbana adequada, sem acesso as demais partes da cidade. No caso da prostituição, principalmente, a tentativa foi de isolamento. Reitero, parte da população. Nessas divisões urbanas, pretensamente transparentes já que justificativas médico-sanitárias e urbanístico-administrativas buscam ancorar as ações do Estado, estão entrelaçadas questões de classe, étnico-raciais e sexo. Nem todas as casas de prostituição de Campinas foram *levadas* ao Jardim Itatinga, muitas *casas de luxo* permaneceram onde estavam. A imposição desse deslocamento territorial não foi para todos.

Como em muitas cidades brasileiras, há uma divisão desigual que incide produzindo partilhas pelo território. Em Campinas, Norte e Sul são espaços significados ao longo dos séculos por processos de políticas urbanas que, pela contradição, regem modos de habitar/estar no espaço. Marcas materiais históricas, como *rugas*, que vão produzindo vincos no desenho citadino, significando espaços e sujeitos, significando lugares de permanência e de deslocamento para determinados grupos. *Rugosidades*, conceito do geógrafo Milton Santos (2006), inscrevem-se materializando na cidade memória e história, no (des)encontro dos tempos: historicidade e espacialidade se constituem simultaneamente, mutuamente (SANTOS, 2006). Vincos cravados em ruas, em construções, nos contornos que estabelecem um *dentro* e um *fora*; cicatrizes urbanas que significam por marcas, mas também por ausências, por construções, revitalizações, demolições. *Rugosidades* que vão significando a cidade no entrecruzar dos tempos.

Rubino (2006) analisa como a antiga linha férrea divide Campinas em duas partes: Norte e Sul. Tendo como base registros históricos e mapas de 1878 e 1900, a autora assinala como determinadas construções ocupam e significam a cidade, posicionadas entre um lado e outro da linha do trem. No lado Norte, o centro da cidade, o Teatro São Carlos (1850), *London e Brazilian Bank* (1873), o primeiro telefone da cidade localizado no complexo da Fepasa (1878), nova Catedral (1883) e Escola Primária (1897); já do outro lado, no Sul, encontra-se o histórico bairro Vila Industrial, imediatamente localizado na divisão da linha férrea; ao redor deste: Leprosário com Capela

de São Lázaro (1863), primeiro Cemitério (1866), Hospital para Varilosos (1874), Matadouro (1885), Dois Curtumes (1900), Fábrica de tecidos (1926). A autora pontua como essas construções históricas, repletas de sentido, vão significando Norte e Sul.

Dafne Sponchiado Firmino da Silva (2016) nomeia os distritos *Souzas* e *Barão Geraldo*, a região do bairro *Gramado* e o eixo *Campinas-Mogi-Mirim*, localizados na região Norte da cidade, como *cordilheira da riqueza*, visto serem áreas onde se concentram a maior parte dos condomínios de alto padrão e loteamentos de acesso restrito de Campinas, *cordilheira* habitada por uma população que possui renda e escolarização alta, além de a grande maioria, mais de 70% em média, serem brancos. Com essas análises, não se pretende dicotomizar a divisão da cidade numa relação de disjunção: se Norte logo x, se Sul logo y. A cidade se constitui pela contradição, em espaços que se tensionam constantemente. Contudo, o ponto que chamo a atenção é o fato de historicamente Norte e Sul materializarem marcas que significam essas regiões a partir de políticas públicas (ou suas ausências) ancoradas em discursos médicos (higienistas), urbanísticos, técnicos e administrativos que escondem o jogo ideológico e contraditório que percorre a urbe por relações dessimétricas e desiguais. O político percorre e habita a cidade, em *organização* (ORLANDI, 1999, 2001, 2012).

O Jardim Itatinga se encontra na intersecção das Rodovias Santos Dumont e dos Bandeirantes, que se afunilam no encontro com o bairro; marcas urbanas que impõem fronteiras para o espaço. De um lado, se as rodovias significam em sua fluidez, como linhas que ligam velozmente um lado a outro, possibilitando encontro entre cidades e Estados, permitindo o *fácil* acesso aos que estão fora, de outro lado, isolam, visto que contribuem para *confinar* moradoras, moradores, trabalhadoras e trabalhadores, que ressaltam o *difícil* acesso aos demais bairros e ao centro da cidade. As fronteiras materiais que contornam o Jardim Itatinga encontram o *discurso fundador* (ORLANDI, 2003) que o significa, no entrelaçar de temporalidades, como um bairro *confinado*. Um confinamento territorial, geográfico, político, histórico e discursivo: “[...] prostitutas confinadas no bairro de Itatinga [...]” (FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 1981)<sup>6</sup>; “Vidas confinadas” (CORREIO POPULAR, Campinas, 2012)<sup>7</sup>; “[...] a decisão de confinar a

---

<sup>6</sup> *Prostitutas são atendidas pela Igreja Católica, Folha de São Paulo*, em 14 de junho de 1981.

<sup>7</sup> Pesquisa realizada no acervo RAC – Rede Anhanguera de Comunicação, Campinas-SP. Data da visita: 09 de março de 2018.

prostituição em uma área afastada [...]” (G1, São Paulo, 2015)<sup>8</sup>; “ no bairro Jardim Itatinga – zona confinada de prostituição (cepromm.com.br)<sup>9</sup>. A *narratividade* (MARIANI, 1996) que significa o bairro como um espaço *confinado* encontra a fala cotidiana, nas entrevistas colhidas, *confinado* comparece como definição para o espaço: “e por isso o nome confinado, porque o bairro é voltado para isso, o bairro é... foi criado para questão da prostituição” (Coordenadora do Cepromm).

Conforme analisado em outro trabalho (FERRAÇA, 2019), esses enunciados, articulados na relação com outras formulações *sobre* o Jardim Itatinga (que circulam em periódicos locais, *Blogs, sites* e trabalhos acadêmicos), no encontro com as entrevistas, colocam para circular um *discurso fundador* (ORLANDI, 2003) para o bairro, presentificando, a cada formulação parafrástica, uma narrativa “originária” para o espaço. Nessa narrativa recontada, que permanece e se impõe através dos tempos sob o efeito de continuidade, histórias outras de posições de sujeitos distintos se diluem pela força de uma memória que se institucionaliza, que repousa nos arquivos, que circula nas folhas midiáticas. Como efeito parafrástico, no *desencontro* dos tempos, o bairro significa a partir dessa colagem entre *confinado* e Jardim Itatinga. Assim, essa narrativa inaugural para o bairro perpetua-se colada ao seu nome, significando espaço e sujeitos, reiterando o *confinamento* da prostituição e de prostitutas na cidade, atualizando o poder do Estado *sobre* o espaço urbano (sobre o sexo, sobre o corpo, sobre os sujeitos). Hoje, o bairro não está mais afastado da cidade por vazios territoriais, mas o discurso do *confinamento* é fortemente perpetuado pelos periódicos, ainda que diversos grupos reivindiquem outras versões, outros sentidos para o espaço e sua história.

É preciso considerar, portanto, que a inunção do poder público na configuração geográfica delimita trânsito e espaços, interferindo na relação dos sujeitos com a cidade, com os locais em que moram e pelos locais em que transitam; organizar a cidade é organizar os corpos, é definir percursos de passagens e lugares a serem ocupados, é definir quem pode ou não morar no centro e quem deve morar nas franjas citadinas.

---

<sup>8</sup><http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/09/itatinga-e-unico-bairro-planejado-para-prostituicao-no-pais-diz-pesquisadora.html> Acesso em: 31 de maio de 2020.

<sup>9</sup> O Cepromm (Centro de Promoção para um Mundo Melhor) é uma ONG – Organização não-governamental, localizada no Jardim Itatinga, que atende crianças de 3 a 5 anos no período integral e, no contraturno escolar, oferece cursos e atividades para crianças e adolescentes. <https://www.cepromm.com.br/quem-somos> Acesso em: 12 de junho de 2018.

O Estado tenta dar unidade e lógica à cidade, tamponando desordens que desestabilizem esse efeito imaginário de coesão. Os *saberes* médico, jurídico, político, administrativo e técnico, historicamente constituídos em uma formação social determinada pelo sistema de produção capitalista, ancoram e autorizam os gestos de ordenamento citadino, dando *forma* à cidade que, inevitavelmente, se desdobra em polissemia. Desse modo, defende Eni Orlandi (1999, 2001, 2012), tensionam-se na cidade *organização* e *ordem*: de um lado, a incessante *organização* urbana conduzida pelo Estado busca conter o movimento dos sentidos, preenchendo espaços, saturando os sentidos; de outro, formas fugidias cotidianas permitem que *ordem* urbana irrompa pelas frestas, possibilitando o movimento e o deslizamento de sentidos e sujeitos no social. É nesse jogo tenso, portanto, que sujeitos, espaços e sentidos se constituem, visto que sujeito e cidade se constituem ao mesmo tempo, em um processo sem início nem fim: o sujeito se liga materialmente ao corpo da cidade (ORLANDI, 2012).

## Enlaces entre corpo e espaço urbano

Na primeira visita ao Jardim Itatinga, como não encontrávamos o bairro<sup>10</sup>, pedimos informação a um menino que jogava bola num campo de futebol improvisado. Ele disse que estávamos perto, que o bairro começava na rua asfaltada. Seguimos na direção indicada, mas não foi a presença do asfalto que disse se tratar do Jardim Itatinga, mas centenas de corpos *seminus* que *tomavam* o asfalto. Formas plurais corporificadas no espaço público (BUTLER, 2018) que materializam limites e fronteiras entre territórios, produzindo sentidos ao bairro, aos sujeitos que ali vivem, transitam, trabalham.

Eni Orlandi, em *Textualização do corpo: a escrita de si* (2004)<sup>11</sup>, cita um breve, mas significativo, exemplo de como o corpo no espaço é capaz de demarcar territórios e deslocar sentidos. A autora compartilha trechos de uma notícia, publicada na Folha de São Paulo, em 2001, a qual relata o passeio em conjunto de sem-tetos em um shopping. Reproduzo aqui o recorte do depoimento feito pela autora: “Nunca tinha pisado num shopping antes. Na *invasão* ao Rio Sul aconteceu uma coisa que não esqueço. Meu sonho era ter um fogão. Quando o protesto passou em

---

<sup>10</sup> Suzy Lagazzi e Tyara Veriato Chaves me acompanharam nessa primeira visita. Agradeço a ambas pelo companheirismo, por dividirem comigo o aprendizado que foi esta pesquisa.

<sup>11</sup> Presente em *Cidade dos sentidos* (2004).

frente à loja das Casas Bahia, eu parei. Fiquei ali olhando os fogões. Acho que os funcionários estranharam e fecharam a porta na minha cara”; “Apesar das pessoas nos olhando daquele jeito estranho, o primeiro *passeio* no shopping foi muito bom” (grifos da autora) (Folha de São Paulo, 16 de abril de 2001). Para Eni Orlandi (2004), são corpos *fora de lugar* que produzem sentidos inesperados, o passeio de um grupo de sem-tetos no shopping torna-se, assim, uma manifestação pública. Portanto, o espaço, conforme a autora, está investido de sentidos e faz parte dos processos de significação: “e os homens, sendo seres simbólicos e históricos, os textualizam [os espaços] pela maneira como nele se deslocam, se inscrevem, investidos de sentidos” (ORLANDI, 2004, p. 123). No Jardim Itatinga, considerando as condições de produção em que esses corpos *tomam e ocupam* o espaço público, tendo em vista a história urbanística de imposição geográfica e o deslocamento territorial promovido pelo poder público, considero que há algo nesse gesto político-geográfico de controle dos corpos pelo Estado que transborda, dando visibilidade à *ordem* cidadina, produzindo rachaduras no (pretensão) *controle* urbanístico.

É a partir da tentativa do Estado de conter o corpo na/pela cidade, de controlar o sexo, é em meio ao confronto com o simbólico e o político que os sujeitos produzem outros sentidos para o espaço; para o corpo e o sexo, para o modo como o sujeito passa a se relacionar com o social, no urbano. Se nos recortes citados por Orlandi (2004) os corpos estavam *fora de lugar* e, por isso, produziram sentidos de protestos, no Jardim Itatinga os corpos *seminus* produzem sentidos (outros) a partir da tensão entre **dever estar** e **pertencer** ao espaço politicamente imposto. Diferentemente de manifestações públicas em que o corpo feminino nu é usado como parte constitutiva da produção dos sentidos em protestos, inscrevendo na pele e na carne palavras de ordem<sup>12</sup>, este corpo *seminu* que ocupa as ruas do Jardim Itatinga é um corpo que trabalha. São corpos, em sua pluralidade, que significam pela injunção cotidiana à vida em uma formação social capitalista.

A prostituição que *toma* as ruas produz sentidos ao espaço, aos sujeitos. Ao final das entrevistas, percebi como a prostituição está presente nas relações de trabalho dos sujeitos entrevistados, atravessando as relações sociais que se dão nesse espaço (FERRAÇA, 2019). São eles: *dono de casa* (proprietário/empresário de *casa de prostituição*); *dona de casa* (proprietária/empresária de *casa de prostituição*) que também trabalha como

---

<sup>12</sup> Sobre o corpo feminino em protesto ver *Marcha das vadias. Corpo, sujeito, ideologia* (2013), de Tyara Veriato Chaves.

prostituta; agentes de saúde<sup>13</sup>; gerente de *casa* que também trabalha como prostituta; lavadeira que trabalha para as *casas de prostituição*; *cuidadora* das filhas e filhos das prostitutas; moradora que trabalha como lavadeira e que também possui um comércio no bairro; morador que trabalha em uma empresa no bairro; voluntária na Pastoral da Mulher Marginalizada, da Igreja Católica, que desenvolve atividades voltadas para apoiar as prostitutas; funcionárias do Cepromm – Centro de Promoção para um Mundo Melhor. Laços de vida, de sobrevivência, de sustento. É, portanto, o laço pelo trabalho atravessado pela prostituição que ancora os sujeitos no espaço, produzindo sentidos e práticas materiais de existência. A prostituição coloca o bairro em movimento.

Para pensar no funcionamento da rua nessas condições de produção, é necessário considerar dois pontos que se tensionam: a) a memória que repousa na cidade; b) o deslize de sentidos produzido pela relação cotidiana entre sujeitos e espaço.

Questiono, assim, de que modo as ruas significam o Jardim Itatinga? De que modo os sujeitos (se) significam (n)esse espaço? Recorto para essa discussão algumas sequências discursivas que dão visibilidade ao enlace sujeito e cidade, formulações que dizem sobre relações de pertencimento e identificação com o espaço urbano: um corpo que se ata materialmente à cidade:

(SD 01) No Itatinga, as próprias garotas de programa aprovam o patrulhamento e gostariam que as blitzes – como a que ocorreu na sexta-feira, dia 28, em que todas as entradas do bairro foram fechadas e veículos com suspeitos foram parados e revistados – fossem mais frequentes. “Todo mundo aqui precisa de segurança”, afirma uma **garota de programa da Rua Dracena** (CORREIO POPULAR, 2001)<sup>14</sup>.

(SD 02) E **aqui** tem a coisa da divisão, né, que eu tava falando pra ela, tem **a rua das travestis**, aí **as universitárias lá, aí pra cá tem umas mais velhas**, né<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> O Centro de Saúde foi criado, inicialmente, como uma demanda da Pastoral da Mulher Marginalizada da Igreja Católica para atender a população do bairro.

<sup>14</sup> ROSSIT, Mário. *Até as garotas pedem presença policial*. *Correio Popular*, Campinas, 09 de outubro de 2001. Arquivo Centro de Memória da Unicamp.

<sup>15</sup> Trabalhou como agente de saúde no Jardim Itatinga. Morou e cresceu no bairro vizinho.



A primeira formulação circulou no jornal *Correio Popular*, em 2001, em uma matéria que noticiava a violência no bairro e as ações da polícia no espaço. Chamo a atenção para o modo como o sujeito que está na rua é designado pelo periódico: “uma garota de programa **da Rua Dracena**”. O sujeito é da rua, pertence à Rua Dracena. Na designação, não há nome próprio; inclusive um artigo indefinido incide produzindo generalização e não-especificidade ao sujeito sobre o qual se fala. O processo discursivo de construção do referente se dá a partir de um adjunto adnominal que caracteriza o significativo *garota de programa* pela preposição indicativa de posse, produzindo como efeito uma relação de pertencimento ao espaço público. Dessa maneira, o adjunto adnominal *da rua Dracena* funciona produzindo especificidade ao substantivo (*uma*) *garota de programa*, determinando um modo de ser do sujeito na relação estabelecida com a rua. A formulação “cola” o sujeito no espaço, como se ele fizesse parte da rua, pertencesse à rua: o corpo como um *ponto* de localização na cidade. Corpo do sujeito e o corpo citadino e social se atam (ORLANDI, 2012) pela língua. Esse modo de designar produz equívoco e desencontro na relação com o discurso urbanístico que significa o espaço público como o lugar planejado para permanecer desabitado, como lugar de passagem e de movimento, não admitindo a fixidez e a permanência. Esse embate entre políticas urbanas que regem espaços e modo como sujeitos ocupam o espaço no dia a dia está presente em Zoppi-Fontana (1999) e Fedatto (2009).

Em *É o nome que faz fronteira*, Zoppi-Fontana (1999) analisa o funcionamento de designações para camelôs. No discurso midiático, as designações se referem aos camelôs de maneira indireta, funcionando pela indeterminação e pela instabilidade, mostrando a dificuldade da mídia de identificar os camelôs em formas que organizem a sua relação com as práticas citadinas. Em documentos urbanos que regem o uso e a ocupação do solo de Campinas-SP, o processo de designação é ainda mais problemático. O discurso jurídico-administrativo produz um apagamento do sujeito ao se referir somente ao *solo* e às normas de uso do território: “A designação do espaço urbano como SOLO focaliza os processos de referência nos objetos que o ocupam, silenciando os sujeitos (ambulantes), o debate sobre seus direitos (à cidade) ficam banidos da pauta de discussão e da legislação” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 208). Diferentemente, em entrevista com a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de Campinas, não há instabilidade na designação dos sujeitos: “eles são nomeados sempre como ambulantes e definidos em relação a outras categorias sindicais e

a uma situação de desemprego” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 209), produzindo identidade do sujeito à cidade. É, desse modo, considerando o espaço em sua dimensão política e não meramente como um lugar físico que é possível perceber como conflitos territoriais que constituem o urbano se marcam na língua, na instabilidade, ausências e defesas de nomeações. Em *Língua na rua: margens do sujeito*, Fedatto (2009) analisa o funcionamento discursivo do modo como a mídia designa o sujeito que está nas ruas, na tensão com os discurso técnico-administrativo que busca reger os espaços da cidade, significando as ruas como lugares vazios: “em geral, o dizer da mídia trata o *espaço-vazio*, o *vão-livre* pela via de um preenchimento urbanamente significado: o sujeito que ocupa esse espaço é marginal-izado como uma questão a resolver” (FEDATTO, 2009, p. 65). Nomear e significar aquele que está e permanece na via pública impõe um problema ao discurso da urbanização que não aceita a rua “como um lugar de transbordamento do social” (FEDATTO, 2009, p. 66).

Na designação *uma garota de programa da rua Dracena*, um equívoco. Definido por Gadet e Pêcheux (2010, p. 64) como “o ponto em que a língua atinge a história”, o impossível linguístico e a contradição se conjugam: como poderia um corpo ser **da** rua, pertencer ao espaço público? A materialização da memória sobre a prostituição e seus espaços de permanência e circulação na sintaxe diz respeito ao modo como o sujeito se significa na cidade, enlaçado no urbano pelo trabalho. Efeito que produz sentidos que vacilam entre **estar** no espaço e **ser** do espaço público, fazendo ressoar na articulação sintática não só “você é **da** rua”, mas também “a rua é o seu lugar”. Françoise Gadet (2016), em *Trapacear a língua*, cita Tamine, concordando com sua proposição: a “*sintaxe [é] ao mesmo tempo indiferente e responsável*”. A autora coloca em causa o estatuto da sintaxe na produção discursiva dos sentidos, defendendo que a criatividade que produz jogos linguísticos de significação não se localiza na palavra em si, visto que a “palavra é tomada em um quadro sintático dado, ‘um fato de linguagem enraizado na sintaxe’” (GADET, 2016, p. 189). A sintaxe é, portanto, habitada pelo discursivo. Assim, sendo ao mesmo tempo *indiferente e responsável*, a sintaxe da formulação “**da** rua Dracena” dá visibilidade a um perentimento equívoco, visto que a preposição de posse joga tanto com a memória sobre a prostituição, materializando na língua as relações sociais que se dão no espaço da cidade, “mostrando que determinadas funções – sintáticas – só podem ser exercidas por determinados sujeitos” (FEDATTO, 2009, p. 69), como também joga, em desencontro, com o discurso urba-

nístico que rege (e buscar exercer o controle sobre o urbano) espaços públicos, exigindo que ele permaneça vazio, não-habitado, não-ocupado.

A SD 02 produz uma diferença no laço corpo-cidade, visto que as ruas são discursivizadas como pertencentes às prostitutas, numa relação discursiva que as significa como *proprietárias* do espaço. Essa SD é um recorte da entrevista realizada no bairro (2016-2017), sendo o entrevistado um morador do Jardim Maria Rosa, que trabalhou como agente no Centro de Saúde Jardim Itatinga. Na formulação, fala-se sobre o dia a dia no bairro, seu funcionamento e suas divisões. Abaixo, trabalho parafrasticamente as formulações considerando, de um lado, o funcionamento da elipse e do paralelismo sintático entre os enunciados, mas também, de outro, colocando em causa uma operalização lógica da língua. A elipse é definida como a “**omissão de um termo facilmente subentendido**” por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido “**anteriormente enunciado ou sugerido**”, ou ainda “por ser depreendido pela situação, ou contexto”, conforme define Bechara (2002, p. 476 – grifos meus), como se os sentidos fossem *facilmente* recuperados pelo sujeito em operações óbvias, certas que não permitem erro, equívocos, duplos sentidos. Compreender que a elipse funciona pela equivocidade é considerar como incontornável a incompletude da linguagem e desmobilizar as evidências que definem a sintaxe como operações lógicas, na possibilidade do controle dos sentidos e da exclusão do sujeito.

(SD 02.1) [...] tem **a rua das travestis**

(SD 02.2) Aí [tem **a rua d]as universitárias** lá

(SD 02.3) Aí pra cá tem [**a rua das**] (umas) **mais velhas**.

(SD 02.4) Aí **as universitárias** lá

(SD 02.5) Aí pra cá tem umas **mais velhas**.

As paráfrases 02.1, 02.2 e 02.3 foram elaboradas pelo desdobramento do enunciado primeiro “tem a rua das travestis”, considerando, como mencionado, a elipse e o paralelismo sintático: ruas **das** travestis; rua **das** universitárias; rua **das** mais velhas. Assim, a construção sintática que se repete nas paráfrases é formada pelo adjunto adnominal que restringe e especifica qual grupo pode (tem o direito de) *ocupar* determinada área do bairro, sendo a *posse* construída pelas relações sociais diárias que se textualizam no urbano, materializando-se na língua. O urbano, desse modo, tal como compreende Eni Orlandi (2004, p.

11), não é uma cena à parte, mas é constitutivo da produção de sentidos: “para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força [...]. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade”.

Se na SD 01 a posse era estabelecida pelo corpo que pertence à rua no enlace com a localização espacial e a permanência no espaço público, no encontro com a memória sobre a prostituição e no desencontro com o discurso urbanístico, na SD 02 a relação de pertencimento marca uma diferença: as ruas do bairro Jardim Itatinga pertencem aos sujeitos, são **dos** sujeitos. O laço que ata sujeitos e urbano se estabelece pelos modos de identificação, pelas práticas cotidianas que permitem que as prostitutas circulem e transitem pelas ruas, que permaneçam e ocupem o espaço público. Os corpos que *tomam* as ruas em laços de pertencimento produzem uma relação outra com o espaço público que deveria permanecer vazio, desocupado, desabitado. A prostituição que impera pelas ruas e pelas calçadas, como afirmado, coloca o bairro em movimento.

Chamo a atenção para as divisões que se desdobram pelo traçado urbano enunciadas nas formulações, partilhas que dão visibilidade à heterogeneidade, à disputas e tensões que se dão nesse espaço e que dizem de uma organização outra estabelecida no cotidiano pelos sujeitos. A *ordem* urbana irrompe à revelia da *organização* do estado que busca tamponar o movimento dos sentidos ao ordenar a cidade, ao controlar e reger as divisões do espaço: para os documentos que regulamentam a *ocupação e o uso solo urbano*, a via pública é de *todos* e deve permanecer desabitada. A localização e a divisão dos sujeitos pelo espaço tocam o bairro em sua forma material e dizem sobre práticas cotidianas que jogam com as relações sociais que se dão nesse espaço da cidade. O social, em seu conflito, em seu modo de funcionamento, materializa-se na língua.

Essa SD 02 me permitiu tensionar o funcionamento da elipse e também colocar em causa o paralelismo sintático, visto que se, de um lado, as paráfrases produzidas abriram a sequência discursiva dando visibilidade ao modo como as ruas no Jardim Itatinga são discursivizadas a partir de uma relação de posse e propriedade, no enlace do sujeito com o urbano, mostrando também formas materiais de pertencimento, identificação e reconhecimento, de outro, as paráfrases também produzem um recobrimento. O ponto em questão se refere à contradição presente no modo como as divisões do bairro são formuladas, visto que a não repetição na SD da formulação “tem a rua da(s)” também permite questionar se a relação de *posse*

não funcionaria somente para alguns grupos e não para outros, ou seja, há contradição nas divisões que se dão pelo cotidiano. As universitárias e as mais velhas podem, desse modo, estarem e se encontrarem no urbano como um *ponto localizável no bairro* mas não *são proprietárias* de uma rua do Jardim Itatinga, tal como é o caso das travestis que é enunciado na primeira formulação da SD 02. Reitero, desse modo, dois pontos importantes: 1) desconfiar da elipse, na sua definição operacional defendida por uma perspectiva tradicional da linguagem, visto seu funcionamento equívoco ao dar a ver a incompletude da linguagem<sup>16</sup> e 2) considerar que as divisões (urbanas, sociais, históricas e ideológicas), habitadas pela contradição que lhe é constitutiva, são desiguais e não cessam de se dividir em dois (PÊCHEUX, 2014). Jogar com as essas possibilidades que percorrem o funcionamento sintático da língua é considerar como ponto incontornável a incompletude da linguagem.

Gostaria, por fim, de destacar outras três formulações que dizem sobre os processos de nomeação das ruas no Jardim Itatinga, colocando em relação a materialidade linguística e as condições sócio-histórico-ideológicas que se dão no espaço urbano.

(SD 03) Ali na **rua 6**, lá embaixo perto do bar lá do... do bar do...<sup>17</sup>

(SD 04) É! Escutei aqui na rádio falar, é **lá na 13**, porque **a 13** diz que é uma **rua terrível, 13**, diz que é perigosa<sup>18</sup>.

(SD 05) Tem uns meses atrás aí que eles mataram um senhor na...na...**na 13, na 12**, é... parece que tomaram o dinheiro do homem<sup>19</sup>.

Rua 6, Rua 12, Rua 13. Memória e história que encontram a língua. Nas entrevistas, as ruas eram assim nomeadas pelas moradoras e moradores, visto serem esses os primeiros nomes dados pelos primeiros habitantes

---

<sup>16</sup> Claudine Haroche (2016) questiona justamente essa tradição gramatical que concebe a elipse como um procedimento de substituição, uma “falta evidente” ou ainda um complemento objetivo, características essas que reforçam o caráter linear da linguagem. Eni Orlandi (2007, p. 47), diz que: “o silêncio é assimétrico em relação ao dizer e a elipse é do domínio do silêncio”. Essas duas autoras me permitiram compreender que a elipse não sinaliza uma *falta*, mas *excesso*, visto a incompletude da linguagem, sendo, desse modo, uma brecha possível aberta na língua que permite os sentidos deslizarem e os sujeitos se inscreverem (FERRAÇA, 2019).

<sup>17</sup> Trabalhou como agente de saúde no Jardim Itatinga. Morou e cresceu no bairro vizinho.

<sup>18</sup> Moradora no bairro há 12 anos, na época da entrevista.

<sup>19</sup> Idem.

de um bairro que nascia para ser uma zona de prostituição. Esquecidas pelo Estado que apartava as prostitutas da cidade, as ruas do Jardim Itatinga não tinham nomes oficiais; a nomeação veio primeiro por quem usa o território, veio daqueles que experienciam o trecho da cidade que *lhes cabe*. Na nomeação cotidiana que se repete, a memória do esquecimento é também o lembrete da *(r)esistência* daqueles que existem no Jardim Itatinga. Vale ressaltar que a nomeação se constitui no terreno das disputas, relações de poder que procuram impor um nome, institucionalizá-lo. Assim, se, de um lado, é necessário aceitar a nomeação atribuída pelo poder público, visto a necessidade de receber correspondências, entregas, etc., de outro, nesse jogo de forças, o cotidiano responde com a recusa daquilo que foi institucionalizado, inscrevendo no nome habitual um modo de *(r)esistir* nesse espaço. Rua 6, rua 12 e rua 13 expõem um modo significativo da relação que o sujeito estabelece com o bairro, com o lugar de morada e de trabalho, com o espaço de vivência diária.

Essas sequências discursivas disseram sobre laços entre sujeito e cidade, enlaces de pertencimento **ao** urbano, enlaces que dizem sobre uma relação de posse **sobre o** urbano. Corpo citadino e corpo do sujeito que se enlaçam pela contradição. Os fios que tecem identificação e reconhecimento entre território e carne se amarram produzindo nós no *desencontro* com o político que habita e percorre a urbe. Desse modo, na coerção do Estado que busca saturar sentidos, ordenar espaços e trajetos, controlar o corpo e o sexo é que sentidos outros encontram frestas para irromper e circular. A *ordem* urbana irrompe pelas rachaduras da história produzindo outros modos de habitar a urbe, de *ocupar* e *tomar* ruas, de pertencer ao espaço público.

### **Corpos em aliança, corpos em (r)esistência**

Judith Butler (2018), em *Corpos em aliança e a política das ruas*, ao analisar os corpos que se reúnem em protesto e em assembleias públicas, diz da potência que é esse encontro entre corpos no espaço público. Uma performatividade plural e corpórea que tem o poder de reconfigurar a materialidade do espaço, de resistir mesmo quando permanecem em silêncio. O encontro no espaço de “hiato” entre um corpo e outro no espaço público (BUTLER, 2018) pode produzir deslizos e deslocamentos de sujeitos e sentidos no/pelo urbano. É também por se tratar de um corpo, e não de um organismo, que há *resistência* (BALDINI, 2010).

*Corpos em aliança tomam e ocupam* as ruas do Jardim Itatinga. Neste artigo busquei colocar a *rua* em causa, na tentativa de falar de laços entre sujeito e espaço, do enlace entre corpo e cidade. Território e carne que se encontram no funcionamento ideológico que interpela o indivíduo em sujeito (Michel Pêcheux, 2010), na individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado (Eni Orlandi, 2012): “se corpo e cidade podem ser aproximados ao ponto de virem a ser uma corpocidade, isso só é possível porque território e carne foram politizados, individualizados e, finalmente, alocados pelos poderes sociais vigentes” (BALDINI; SOUZA, 2012, p. 87). É importante dizer, desse modo, que o político tensiona esse enlace entre sujeitos e cidade, entre sujeitos e Jardim Itatinga. É nas condições de produção de um bairro criado pelo poder público para *confinar* (uma certa) a prostituição na cidade que os sujeitos *(r)esistem*. Corpos às centenas que *tomam e ocupam* ruas que, pelo discurso da *organização* urbana, deveriam permanecer desocupadas, desabitadas. A *(r)esistência* se dá no cotidiano, nos enlaces tecidos entre o urbano e os sujeitos na tensão entre o espaço politicamente imposto e aquele que o sujeito *ousa* ocupar, trabalhando (e deslizando) os sentidos outros para rua, para casa, para bairro, para trabalho. Na lógica capitalista que atravessa e constitui o corpo, é preciso também lembrar que há algo desse corpo que trabalha com o sexo que escapa a esse corpo laborioso e sempre útil. Algo do sexo insubmisso funciona nessa relação de trabalho posta. No descompasso do gesto, na repetição que falha, um corpo que *resiste*: “um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade [...]”, um corpo que grita: “Eu não sou uma máquina!” “A vida se revolta e resiste”, cita Michel Pêcheux (2014, p. 278), ao trazer em uma nota a narrativa de um militante intelectual que trabalhou durante um ano em uma das indústrias da Citroën. Pelas ruas do Jardim Itatinga, os sujeitos *(r)esistem*.

Há algo de muito potente no encontro de corpos que se unem ao *tomarem e ocuparem* o espaço público. Há algo de ingovernável do corpo que *resta*, que produz, incessantemente, sentidos; à revelia do próprio sujeito.

## Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

CHAVES, Tyara Veriato. Marcha das vadias. Corpo, sujeito e ideologia. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis, **Anais Eletrônicos**.. Florianópolis, 2013. 1-12p. Disponível em: [http://www.fg2013.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386594045\\_ARQUIVO\\_trabalhocompletotyaraveriato.pdf](http://www.fg2013.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386594045_ARQUIVO_trabalhocompletotyaraveriato.pdf).

FEDATTO, Carolina Padilha. Língua na Rua: Margens do Sujeito. *In*: **RUA** [online]. 2009, no.15. Volume 1 - ISSN 1413-2109. P-63-71.

FERRAÇA, Mirielly. **(R)esistir no Jardim Itatinga**: laços entre sujeitos e espaço urbano. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP. Recurso online (287 p.), 2019.

HELENE, Diana. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2015. 334 f.

BALDINI, Lauro José Siqueira; SOUZA, Levi Leonel de. Os sentidos tomando corpo. *In*: AZEVEDO, Aline Fernandes de. **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012. p. 69-88.

BALDINI, Lauro José Siqueira. Um pouco de possível senão eu sufoco. *In*: ROMÃO, Lucília Maria de Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Efeitos**



**de leitura, sujeitos e sentidos em movimento.** (Org.). Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2010, p. 57-66.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 256f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

MAZZARIOL, Regina Maria. **"Mal necessario":** ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. 1976. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281413>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Pernas cruzadas, meias rendadas:** desvendando histórias de Campinas (1930-1970). Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2013. 190 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. N/O Limiar da Cidade. *In:* **RUA**. Campinas: Unicamp, número especial, p. 7-19, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade Atravessada:** os sentidos públicos no espaço urbano. Editora Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. *In:* ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Eni P. Orlandi (org) – Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação política e social. *In:* ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise:** sujeito, sentido, ideologia. 2ª edição. Campinas-SP: Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. *In:* **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n. 19. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, p. 7-24 jul.-dez., 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; Prefeitura Municipal, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho: 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. 149p.

RUBINO, Silvana. “Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas”, SP. In: FRÚGOLI JR, Heitor; AN-DRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda Areas (Org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. São Paulo: EDUSP 2006 (p. 68-97).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Dafne Sponchiado Firmino da. **Para dentro das portarias, por detrás das cancelas: características e condicionates da autosegregação das elites em Campinas**. 2016. 1 recurso online (170 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321430>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, F.; LE-ANDRO FERREIRA, M.C. (Org.). **Os Múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999b. p. 202-215.